

BANCO DE LA NACION ARGENTINA -
(SUCURSAL BRASIL)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

BANCO DE LA NACION ARGENTINA - (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório de Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis do Banco de la Nación Argentina - Sucursal Brasil relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

O ano de 2021 foi marcado pelos reflexos da pandemia do COVID-19 onde o Banco, como demais empresas do mundo, ainda optou em colocar seus funcionários em regime híbrido (escritório e home office), em esquema de revezamento, com o mínimo de funcionários presenciais necessários para o funcionamento da agência. Assim, foi mantido o atendimento restrito ao público, seguindo todos os protocolos de segurança sanitária recomendados pelo governo brasileiro.

O Banco apresentou um prejuízo acumulado de R\$ 68.818 mil e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 7.696 mil. Em 21 de julho de 2021 foi realizado um novo aporte de capital de R\$ 10.426 mil. Esta nova contribuição teve como finalidade manter o patrimônio líquido do Banco compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares.

Diante do cenário econômico local e mundial, com sequência da pandemia, as ações previstas para o 1º semestre de 2022 é de uma melhora nos negócios da agência, visto a retomada econômica do país, bem como vinculado aos reflexos das medidas que estão sendo adotadas pelo governo para que as empresas se reestabeleçam no mercado nacional e internacional. O Banco está realizando adequações de infraestrutura tecnologia para 2022 (atualização do sistema contábil, implementação do saque em banco 24 horas, melhorias no Home Banking), a fim de oferecer novos produtos aos nossos clientes, com a expectativa de obtermos um reflexo positivo na geração de novos negócios.

São Paulo, 21 de março de 2022

À Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) ("Banco"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade das atividades operacionais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, onde consta que foi realizado um aporte de capital pela Casa Matriz do Banco de La Nación Argentina no montante de R\$10.426 mil, homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 13 de setembro de 2021, com o objetivo de manter o patrimônio líquido do Banco compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares. Todavia, o Banco mantém prejuízos acumulados no montante de R\$68.818 mil e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$7.696 mil. Essas informações denotam a necessidade de que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional. Estas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do Banco. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, onde consta que o Banco possui operações passivas com partes relacionadas, no montante de R\$23.521 mil, realizadas em condições de mercado. Não obstante, eventualmente, casos essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam vir a ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante		23.272	23.959	Circulante		29.924	32.223
Disponibilidades	4	738	544	Instrumentos financeiros		28.717	28.228
Instrumentos financeiros		20.773	23.893	Depósitos		1.069	539
Títulos e valores mobiliários	5b	-	4.185	Obrigações por Operações Compromissadas	11	4.006	9.303
Relações interfinanceiras		1.251	715	Relações Interdependências		121	270
Operações de crédito	6	6.766	4	Obrigações por empréstimos e repasses	12	23.521	18.116
Carteira de câmbio	6 e 7	12.756	16.596				
Títulos de crédito à receber		-	2.393	Outros passivos	13	1.207	3.995
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6b	(83)	(2.460)	Cobranças/arrecadação de tributos e assem.		4	3
Operações de crédito		(21)	-	Fiscais e previdenciárias		121	138
Carteira de câmbio		(62)	(67)	Diversas		1.081	3.853
Títulos de crédito à receber		-	(2.393)	Provisão para garantias Financeiras Prestadas		1	1
Outros ativos		1.844	1.982				
Diversos	8	1.177	1.285	Não Circulante		1.891	1.097
Ativos não financeiros mantidos para venda	9	652	652	Outros passivos	13	1.891	1.097
Despesas antecipadas		15	45	Fiscais e previdenciárias		880	922
Não Circulante		41.505	39.551	Provisões para demandas judiciais	14	1.011	175
Instrumentos Financeiros		25.587	24.503				
Títulos e valores mobiliários	5b	25.575	24.492	Patrimônio líquido		32.962	30.190
Operações de crédito	6	12	11	Capital:			
Imobilizado de Uso	10	14.995	15.026	De domiciliados no exterior	16a	88.423	77.997
Imóveis de uso		23.172	23.172	Reserva de reavaliação	16b	12.834	12.915
Outras imobilizações de uso		1.447	1.329	Reserva para contingências		523	523
(Depreciações acumuladas)		(9.624)	(9.475)	Prejuízos acumulados		(68.818)	(61.245)
Intagível	10	923	22	Total do passivo e patrimônio líquido		64.777	63.510
Sistema de processamento de dados		157	156				
Licença e direito autorais		1.377	438				
(Amortização acumulada)		(611)	(572)				
Total do ativo		64.777	63.510				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Semestre		
		31/12/2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		1.670	2.813	9.880
Operações de crédito		681	740	3.626
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez		25	27	14
Resultado de títulos e valores mobiliários		873	1.198	609
Resultado de operações de cambio	17	91	848	5.631
Despesas da intermediação financeira		(415)	(727)	(10.782)
Operações de captação no mercado		(184)	(302)	(149)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	18	(228)	(408)	(8.225)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.e	(3)	(17)	(2.408)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.255	2.086	(902)
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.801)	(10.636)	(11.107)
Receitas de prestação de serviços		27	54	56
Reversões de Provisões		-	-	-
Despesas de pessoal	19	(3.333)	(6.044)	(6.988)
Outras despesas administrativas	20	(1.311)	(2.753)	(2.729)
Despesas tributárias		(212)	(417)	(383)
Outras receitas operacionais	21	5	357	298
Outras despesas operacionais	22	(977)	(1.833)	(1.361)
Resultado operacional		(4.546)	(8.550)	(12.009)
Resultado não operacional		427	854	820
Prejuízo do semestre		(4.119)	(7.696)	(11.189)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Semestre		
	31/12/2021	2021	2020
Prejuízo do período	(4.119)	(7.696)	(11.189)
Outros Resultados Abrangentes do Período	(21)	(41)	(40)
Realização de reserva de reavaliação	(21)	(41)	(40)
Resultado Abrangente do Período	(4.140)	(7.737)	(11.229)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	59.671	12.997	523	(50.178)	23.013
Aumento de capital	18.326	-	-	-	18.326
Reservas de reavaliação	-	(82)	-	122	40
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.189)	(11.189)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77.997	12.915	523	(61.245)	30.190
Mutuação do exercício	18.326	(82)	-	(11.067)	7.177
Saldos em 31 de dezembro de 2020	77.997	12.915	523	(61.245)	30.190
Aumento de capital	10.426	-	-	-	10.426
Reservas de reavaliação	-	(81)	-	122	41
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.696)	(7.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Mutuação do exercício	10.426	(81)	-	(7.574)	2.771
Saldos em 30 de junho de 2021	77.997	12.874	523	(64.761)	26.633
Aumento de capital	10.426	-	-	-	10.426
Reservas de reavaliação	-	(40)	-	61	21
Prejuízo do semestre	-	-	-	(4.119)	(4.119)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.423	12.834	523	(68.819)	32.961
Mutuação do semestre	10.426	(40)	-	(4.058)	6.328

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo 2021	Exercício findo 2021	Exercício findo 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	(3.752)	(6.613)	(8.752)
Prejuízo do semestre	(4.119)	(7.696)	(11.189)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	91	188	308
Realização de reserva	20	41	40
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(63)	17	2.408
Reversão de provisão	66	-	-
Provisão para contingências	252	836	(319)
(Aumento)/diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(4.579)	(220)	(17.376)
Títulos e Valores mobiliários	(771)	3.102	(11.241)
Relações interfinanceiras	(481)	(536)	(127)
Operações créditos	(2.373)	(6.759)	9.453
Outros ativos financeiros	(1.460)	3.835	(15.425)
Outros ativos	506	138	(36)
Aumento/(diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	(654)	(2.341)	8.117
Depósitos	205	530	(1.703)
Obrigações por Operações Compromissadas	(5.403)	(5.297)	2.006
Relações interfinanceiras	(8)	-	-
Relações interdependência	(514)	(149)	144
Obrigações por empréstimos e repasses	4.818	5.405	4.749
Outros passivos	248	(2.830)	2.921
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(8.985)	(9.174)	(18.011)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(121)	(119)	-
Aquisição de Ativo Intangível	(939)	(939)	-
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento	(1.060)	(1.058)	-
Aumento de capital	10.426	10.426	18.326
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10.426	10.426	18.326
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>381</u>	<u>194</u>	<u>315</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	357	544	229
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	738	738	544
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>381</u>	<u>194</u>	<u>315</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco" ou "BNA") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

O Banco, tem apresentado queda no seu resultado, devido os seguintes fatores: menor volume de operações de crédito, aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, e os custos associados ao processo de encerramento da agência no Rio de Janeiro, que continuaram impactando negativamente no resultado do Banco. Para que o Banco apresente recuperabilidade à curto e médio prazo a Administração tem como expectativas: a conclusão do processo de venda dos imóveis da Agência Rio de Janeiro, revisão dos gastos do Banco com o objetivo de reduzir os custos operacionais, buscas de novas operações de comércio exterior e correspondentes.

Em 27 de novembro de 2019, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o encerramento da agência mantida pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Também, concomitantemente a este evento, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalada esta agência de "Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando-o para venda.

Em 28 de junho de 2021 nossa Casa Central autorizou um aporte de capital de US\$ 2.000 mil, equivalente em moeda local a R\$ 10.426. A transferência ocorreu em 21 de julho de 2021 e a homologação pelo Banco Central em 13 de setembro de 2021. Este aporte tem como finalidade manter o patrimônio do Banco compatível com suas necessidades operativas e regulatórias.

Diante do cenário econômico atual local e mundial, com as medidas adotadas pelo Governo para a redução do contágio pela COVID-19, o conservadorismo do BNA foi maximizado no segundo semestre de 2021 com a adoção de uma análise mais criteriosa dos impactos causados por essas ações nas performances das empresas. As ações previstas para o primeiro semestre de 2022 estarão sujeitas a uma retomada econômica do país, bem como vinculado aos reflexos das medidas que estão sendo adotadas pelo governo para que as empresas se reestabeleçam no mercado nacional e internacional.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021

A Resolução CMN n.º 4.747, de 29 de agosto de 2019 estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições:

I - seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

II - tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

O Banco aplicou a referida norma a partir de 01.01.2021

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.818/20 de 29 de maio de 2020, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 (exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada), regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, consolidando (alterando e/ou revogando) diversos normativos, entre eles: Resolução 4.720/19, Resolução 4.766/20, Resolução 3.973/11 (CPC 24), Resolução 4.636/18 (CPC 05) e Resolução 4.740/19, sendo que seus principais aspectos já estavam vigentes em 1º de janeiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A partir de 1º janeiro de 2021 o Banco Central do Brasil consolidou os critérios para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis através da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, regulamentando os procedimentos de elaboração e envio através da Instrução Normativa BCB nº 54 de 07 de dezembro de 2020, que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de março de 2021, alterando e/ou revogando outros normativos relacionados, como Circular 3.959/19 e Circular 3.950/19, sendo que seus principais aspectos já estavam vigentes em 01/01/2020.

As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021 e Resolução BCB 120, de 27 de julho de 2021, que dispõem sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Essas normas recepcionaram os seguintes CPC's:

- CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, onde a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. O Banco avaliou a norma e concluiu que as práticas atuais adotadas quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o arcabouço normativo de princípios relacionados a receitas proposto pelo pronunciamento CPC 47;
- CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, onde permite que as instituições utilizem a taxa de câmbio diferente da taxa de câmbio informada pelo BCB, desde que ela seja de acesso público, possua metodologia pública e seja apurada por entidade independente reconhecida no mercado financeiro. O Banco avaliou os impactos da mudança nas suas demonstrações financeiras e optou por continuar utilizando a PTAX divulgada pelo BCB;
- Consolidação de outras normas que recepcionaram outros pronunciamentos técnicos do CPC: CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Resolução CMN n.º 4.950, de 30 de setembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na elaboração dos documentos contábeis do conglomerado prudencial. Esta norma não se aplicará ao Banco.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022, que determina como principais itens:

- elaboração e remessa ao Bacen de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 30.06.2022;
- facultada a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24).

O Banco não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes dos itens vigentes a partir de 01.01.2022, e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários utilizados na apresentação das demonstrações contábeis é na casa de milhares.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 18 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias).

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos em Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Operações Compromissadas

As operações compromissadas referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras do mercado.

Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

- A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Receita" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente de seu nível de risco e somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas;
- As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

e. Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

f. Imobilizado de Uso

Conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano.

São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

g. Intangível

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras até 31 de dezembro de 2021, incidente sobre o lucro, após considerados ajustes determinados pela legislação fiscal. E a partir de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021 foi aplicada a alíquota de 25%, conforme previsto na Medida Provisória nº 1034 de 2021, convertida na Lei 14.183 de 2021.

k. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

4. Disponibilidade

As disponibilidades do Banco compreendem:

	2021	2020
Disponibilidades	<u>738</u>	<u>544</u>
	<u>738</u>	<u>544</u>

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "títulos mantidos até o vencimento", para os quais não houve reclassificações nos períodos, são demonstrados abaixo o valor de custo atualizado:

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

a. Abertura por categoria/vencimento:

Carteira Própria	Vencido.	2021		2020	
		Valor do Custo	Valor Contábil	Valor do Custo	Valor Contábil
Carteira própria		17.049	18.355	25.055	26.353
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2021	-	-	1.337	1.861
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	2.429	2.809	5.217	5.768
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	14.620	15.546	18.501	18.724
Vinculado a garantia		6.593	7.220	1.670	2.324
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2021	-	-	1.670	2.324
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	2.779	3.214	-	-
Venda c/Compromisso de Recompra (LFT)	01/09/2025	3.814	4.006	-	-
		<u>23.642</u>	<u>25.575</u>	<u>26.725</u>	<u>28.677</u>

b. Abertura por tipo de título

Carteira própria	2021		2020	
	Até 360 dias	Acima 360 dias	Até 360 dias	Acima 360 dias
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	25.575	4.185	24.492
Total	<u>-</u>	<u>25.575</u>	<u>4.185</u>	<u>24.492</u>

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Banco possui capacidade financeira de manter os referidos títulos até o vencimento.

(*) LFTs vinculadas à garantia estão distribuídas da seguinte maneira: R\$ 3.214 com vencimento em 1º de setembro de 2024 estão em garantia B3 individual e por operação e R\$ 4.006 vinculados com compromisso de recompra junto ao Banco Provincia.

6. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento e tipo de produto

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	2.600	-	2.600
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	12.756	-	12.756
Empréstimos à Pessoas Física	2	12	15
Financiamentos em moeda estrangeira	4.164	-	4.164
Subtotal	19.522	12	19.534
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(83)	-	(83)
Total em 31 de dezembro de 2021	<u>19.439</u>	<u>12</u>	<u>19.451</u>
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>16.533</u>	<u>11</u>	<u>16.544</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

No semestre foram recuperados R\$ 217 referente operação de crédito que estavam contabilizados como prejuízo (não houve recuperações no primeiro semestre), totalizando assim R\$ 217 recuperados no exercício de 2021 (não houve recuperações no exercício de 2020).

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	2021		2020	
		Total das operações	PCLD	Total das operações	PCLD
AA	-	2.600	-	-	-
A	0,5	16.934	83	16.611	67
B	1	-	-	-	-
C	3	-	-	-	-
D	10	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-
H	100	-	-	2.393	2.393
		<u>19.534</u>	<u>83</u>	<u>19.004</u>	<u>2.460</u>

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	Total das operações	
	2021	2020
Setor privado:		
Industria	17.340	18.989
Comércio	2.179	-
Pessoas físicas	15	15
	<u>19.534</u>	<u>19.004</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

Operações de crédito - A Vencer	2021			2020		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Capital e Juros						
Empréstimos e títulos descontados	2.600	-	-	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	12.755	-	-	13.345	3.251	-
Títulos de crédito a receber	-	-	-	-	-	-
Empréstimos à Pessoas Física	3	-	12	4	-	11
Financiamentos em moeda estrangeira	-	4.164	-	-	-	-
Total	15.358	4.164	12	13.349	3.251	11

Operações de crédito - Vencidas	2021			2020		
	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias	De 01 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima 180 dias
Capital e Juros						
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de cambio	-	-	-	-	-	-
Títulos de crédito a receber	-	-	-	-	-	-
Empréstimos à Pessoas Física	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	2.393
Total	-	-	-	-	-	2.393
Total	15.358	4.164	12	13.349	3.251	2.404

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(2.460)	(7.237)
Reversões* (Constituição)	217 (17)	- (2.408)
Baixas para prejuízo	2.177	7.185
Saldo final	<u>(83)</u>	<u>(2.460)</u>

* O saldo apresentado compõe o montante de R\$ 740 (31 de dezembro 2020 - R\$ 3.626) na demonstração de resultado do exercício na linha denominada como "Operações de crédito".

7. Carteira de câmbio

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	12.276	15.991
Outros	480	605
Total	<u>12.756</u>	<u>16.596</u>

8. Outros ativos - diversos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante	248	346
Outros	248	346
Não Circulante	929	939
Devedores depósito em garantia (nota 14)	929	939
	<u>1.177</u>	<u>1.285</u>

9. Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em 8 de novembro de 2019 o BACEN autorizou a transferência dos Imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro que se encontravam contabilizados em Ativo Imobilizado para Outros Valores e Bens - Bens Não de Uso Próprio (BNDU). Tal autorização foi concedida pois na ocasião a agência encontrava-se em processo de fechamento e seu imóvel disponível para a venda, assim esse ativo não estava sendo utilizado em suas atividades. Tal reclassificação foi argumentada conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos: Resolução nº 4535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso e Circular nº 1.273/1987 - Seção 11 - Ativo Permanente. Em 01 de janeiro de 2021 entrou em vigência a Resolução CMN nº 4.747, que estabeleceu a reclassificação do BNDU para Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Assim, em dezembro de 2021 e 2020, apresenta o seguinte saldo:

	2021	2020
4º andar	228	228
5º andar	216	216
22º andar	208	208
	<u>652</u>	<u>652</u>

10. Imobilizado de Uso e Intangível

Os Imobilizados de Uso e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, sendo constituído da seguinte forma:

	Custo		Depreciação / Amortização acumulada		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis de Uso (Terrenos/Edificações)	23.172	8.349	14.823	14.953		
Instalações	632	600	32	40		
Móveis e Equipamentos	49	44	5	6		
Equipamentos de processamento de dados	589	464	125	13		
Sistema de segurança	24	24	-	-		
Sistema de Comunicação	30	27	3	3		
Outros equipamentos	42	35	7	9		
Sistema de transporte	81	81	-	-		
Imobilizado de uso	<u>24.619</u>	<u>9.624</u>	<u>14.995</u>	<u>15.026</u>		
Sistema de Proc. De dados adquiridos	157	157	-	14		
Licença de uso	1.377	453	923	8		
Intangível	1.534	610	923	23		
Total Geral	<u>26.153</u>	<u>10.233</u>	<u>15.917</u>	<u>15.049</u>		

11. Operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2021, apresenta-se um saldo de operações compromissadas com o Banco Provincia de Buenos Aires de R\$ 4.006 (31 de dezembro 2020 - R\$ 9.303)

12. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados junto a outras filiais do Banco de la Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	2021	2020
Em moeda estrangeira (US\$)	4.215	3.486
Taxa de conversão do dólar	5,5805	5,1961
Em moeda nacional	<u>23.521</u>	<u>18.116</u>
Vencimento até 360 dias	23.521	18.116

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

13. Outros passivos

	2021	2020
Circulante	1.207	3.995
Provisão para pagamentos a efetuar	615	994
Fiscais e previdenciárias	121	138
Tributos e assemelhados	4	3
Provisão para garantias Financeiras Prestadas	1	1
Credores diversos - país	466	2.859
 Não Circulante	 1.891	 1.097
Fiscais e previdenciárias	880	922
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	1.011	175
	<u>3.098</u>	<u>5.092</u>

14. Provisão para demandas judiciais

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para eventuais demandas judiciais. A provisão constituída está composta da seguinte forma:

	2021	2020
Trabalhistas e Previdenciários	911	75
Tributárias	100	100
<u>Não Circulante</u>	<u>1.011</u>	<u>175</u>

Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado o montante de R\$ 1.011 (R\$ 175 em 2020), o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2021, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e os correspondentes depósitos relacionados às contingências:

	Depósitos em Garantia		Provisão Constituída	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas e Previdenciárias (ii)	-	11	911	75
Tributária (i)	929	928	100	100
	<u>929</u>	<u>939</u>	<u>1.011</u>	<u>175</u>

- (i) Saldo decorrente de depósito em garantia efetuado na Caixa Econômica Federal por processo administrativo em julgamento perante a Receita Federal.
- (ii) A variação relevante no exercício refere-se à reversão do processo trabalhista nº 0100561-87.2018.5.01.0021 e provisão para perdas em novos processos trabalhistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Administrativos (*)	1.322	1.322
Tributária	-	136
	<u>1.322</u>	<u>1.458</u>

(*) Demanda judicial em andamento proveniente pela não entrega de declarações dentro do prazo legalmente estabelecido.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.696)	(11.189)
Adições	470	2.652
Provisões indedutíveis	470	2.652
Exclusões	(356)	(118)
Outras exclusões	(356)	(118)
Resultado antes das compensações	<u>(7.582)</u>	<u>(8.655)</u>
Base da Contribuição Social	(7.582)	(8.655)
Alíquota 15%	-	-
TOTAL DA C.S.L.L.	-	-
PREJUÍZO APÓS A C.S.L.L.	<u>(7.696)</u>	<u>(11.189)</u>
	31/12/2021	31/12/2020
Adições	475	2.652
Despesas com provisões indedutíveis	475	2.652
Exclusões	(356)	(118)
Outras Receitas Operacionais	(356)	(118)
Resultado antes das compensações base negativa	<u>(7.577)</u>	<u>(8.655)</u>
Base do Imposto de Renda	(7.577)	(8.655)
ALÍQUOTA 15%	-	-
TOTAL DO I.R.P.J.	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021 o Banco possui créditos tributários nos montantes de R\$ 68.218 referentes a saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, os quais não foram constituídos em função da baixa expectativa de geração de lucro futuro, e por não atender aos dispositivos da Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional - CMN e Circular nº 3.776 do BACEN.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 15.847 mil. O capital social do Banco de la Nación Argentina no Brasil em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 88.423 (R\$ 77.997 em 2020).

Em 21 de julho de 2021 foi realizado o aporte de Capital no valor de R\$ 10.426. O mesmo foi homologado pelo Banco Central em 13 de setembro de 2021 e integralizado ao capital nesta mesma data.

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no ano de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 2.824/1998. Para fins de cálculo da depreciação, deve ser considerado o prazo remanescente de vida útil dos imóveis reavaliados, constante do respectivo laudo de avaliação.

A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 12.834 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.915 em 31 de dezembro de 2021).

17. Resultado de Câmbio

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas de Câmbio	17.662	25.006
Despesas de Câmbio	<u>(16.814)</u>	<u>(19.375)</u>
	<u>848</u>	<u>5.631</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

18. Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

	31/12/2021	31/12/2020
Desp. e obr. com bancos no exterior - Juros	(399)	(890)
Desp. e obr. com bancos no exterior - IR	(9)	(55)
Desp. e obr. com bancos no exterior - Var. Cambial	-	(7.280)
	<u>(408)</u>	<u>(8.225)</u>

19. Despesas de Pessoal

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios ao pessoal	(1.332)	(1.463)
Honorários a diretores	(1.005)	(1.179)
Encargos sociais	(1.275)	(1.185)
Proventos	(2.418)	(3.151)
Despesas por treinamento aos funcionários	(14)	(10)
	<u>(6.044)</u>	<u>(6.988)</u>

20. Outras despesas administrativas

	2021	2020
Aluguéis	(605)	(520)
Outras Despesas Administrativas	(369)	(371)
Serviços técnicos especializados	(362)	(422)
Comunicações	(357)	(353)
Serviços de vigilância e segurança	(215)	(245)
Serviços de terceiros	(178)	(167)
Depreciações	(149)	(210)
Manutenção e conservação de bens	(131)	(119)
Transporte	(73)	(28)
Água, energia e gás	(67)	(64)
Processamento de dados	(66)	(21)
Amortização de Intangível	(38)	(98)
Material	(33)	(26)
Serviços do sistema financeiro	(33)	(31)
Seguros	(32)	(31)
Viagem no país	(19)	(8)
Publicações	(10)	(11)
Promoções e relações públicas	(7)	-
Propaganda e publicidade	(6)	(4)
Viagem no exterior	(3)	-
	<u>(2.753)</u>	<u>(2.729)</u>

21. Outras receitas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Var. de Taxa de Ordens de Pagamento	286	284
Recuperação de Encargos e Despesas	6	10
Outras	65	4
	<u>357</u>	<u>298</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

22. Outras despesas operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Desp. Prov. Oper. - Outras Trabalhistas	(911)	-
Desp. Prov. Oper. - Outras Fiscais	-	(56)
Outras Despesas Operacionais (i)	<u>(922)</u>	<u>(1.305)</u>
	<u>(1.833)</u>	<u>(1.361)</u>

(i) Saldo decorrente de despesas de variações de taxas.

23. Resultados Não Recorrentes

O Banco não apresentou até 31 de dezembro 2021 resultados não recorrentes, ou seja, qualquer resultado que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e/ou não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

24. Transações com partes relacionadas

a. Transações com outras sucursais no exterior

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições pactuadas em contrato, eram as seguintes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	575	489
	<u>575</u>	<u>489</u>
Passivo		
Empréstimos no exterior	23.521	18.116
Outras Obrigações	-	5.092
	<u>23.521</u>	<u>23.208</u>
Resultado		
Receitas	403	1.359
Despesas	(228)	(944)
	<u>175</u>	<u>415</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração é realizada pelo Banco de La Nación Argentina - (Sucursal Brasil). Dessa forma segue desembolsos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Honorários à diretores	(1.005)	(1.179)
	<u>(1.005)</u>	<u>(1.179)</u>

25. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referência exigido (PRE)

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	32.039	30.168
RWAcpad - Risco de Crédito	39.998	51.089
RWAOPAD - Risco Operacional	522	2.885
RWACAM - Risco de câmbio	43.214	8.707
RWA	<u>83.734</u>	<u>62.681</u>
RBAN -Risco Banking	63	5
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>27.015</u>	<u>32.480</u>

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2021 é de 46,80% (em 31 de dezembro de 2020 era de 49,81%) e o quadro abaixo demonstra a apuração:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimônio de Referência - PR	32.039	30.168
Limite máximo permitido - 50%	16.020	15.084
(-) Ativo permanente	(14.995)	(15.026)
Margem	<u>1.025</u>	<u>58</u>

Este índice indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 2.283/1996 do CMN e Resolução nº 4.193/2013 do CMN.

26. Gestão de risco

A Política do Banco é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e da Casa Central na Argentina, os relatórios são divulgados por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição incluem o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela

Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, funding, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração.

Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

d. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez resulta da possibilidade de o Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

e. Risco Socioambiental

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

f. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado.

27. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 100, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2020). O total da provisão passiva para garantias financeiras prestadas apurada em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 1, (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020).

28. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

30. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes posteriores à data-base 31 de dezembro 2021, que requeressem publicação.

Jorge Matías Romano
Diretor Geral

Pablo Daniel Buhl
Diretor

Sandra Margarida Lima
Contadora
CRC 1SP-323.353/O